

Cadernos Macambira
V. 5, Nº 2, 2020. Página 138 de 448. ISSN 2525-6580
Anais do I Congresso Internacional Online de Educação Profissional, Territórios e Resistências - I CIEPTER – 21 a 30 de setembro de 2020.
Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes
http://revista.lapprudes.net/

Grupo de Diálogo 03: Educação Profissional e Tecnológica, Trabalho Associado e Economia Solidária.

Entidade de apoio e fomento: a atuação das universidades na economia solidária

Tatiana Santos Borba, Professora Colaboradora da Pós-Graduação em Inovação Social com Ênfase em Agroecologia e Economia Solidária no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano Campus de Bom Jesus da Lapa /BA- Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes – tsantosborba@gmail.com;
Ivna Herbênia da Silva Souza, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes - herbeniasouza@gmail.com

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica, Trabalho Associado, Economia Solidária.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca relatar a experiência vivida junto aos empreendimentos de economia solidária através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Através destes relatos buscamos evidenciar a construção de conhecimento dialógico e, consequentemente a formação de sujeitos autônomos e protagonistas da sua própria história na práxis, a partir do movimento de economia solidária e os empreendimentos de economia solidária.

As ITCPs fazem parte da Entidade de Apoio e Fomente – EAFs, caracterizadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, na gestão do então presidente Lula, criada em 2003 e aperfeiçoada ao longo da década seguinte. Esta EAF representa o braço da extensão universitária no movimento de economia solidária, um trabalho sempre esperado, tanto pela universidade, com construtora da ciência e conhecimento, tanto pela sociedade, que ansiava por este conhecimento propriamente dito. A ITCP/IFBA buscava construir um diálogo entre a universidade e a sociedade local através de processo de incubação de

Empreendimentos de Economia Solidária – EES, buscando a produção de uma relação dialógica e de empoderamento dos participantes, de forma que os mesmos passassem a perceber – se como protagonistas de um negócio com proposta de geração de trabalho e renda para um coletivo comum e excluído do sistema formal de geração de emprego formal.

Diante do exposto a ITCP/IFBA buscava proposta de diálogos a partir da concepção de Paulo Freire, Moacir Gadotti e Ladislau Dowbor, além de tratarmos conceitos produzidos historicamente pelo sistema capitalista para as empresas e indústrias, sempre de forma adaptadas e respeitando os princípios da autogestão, cooperação, solidariedade, ética, respeitos mútuos, buscando a formação de indivíduos mais conscientes do seu papel diante o processo produtivo.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA

A outra economia, como é conhecida a economia Solidária é uma forma diferente de viver o mundo e de fazer a Economia responsável, sustentável e valorizando os trabalhadores e trabalhadoras autogeridos. É uma economia que se preocupa com as pessoas, com a natureza, com as nossas relações, é uma forma de pensar as relações econômicas a partir da propriedade dos meios de produção na base dos trabalhadores. Por representar um projeto político de sociedade, diz-se que a economia solidária é também um movimento social. Para Santos (2010, p. 2), “as iniciativas de economia solidária propõem-se construir alternativas de produção sustentáveis que contribuem para o melhoramento moral e social do ser humano, promovendo relacionamentos mais igualitários e convívio social comunitário”.

Para Gaiger (p. 193, 2003), “O fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa”, onde a relação existente, no seio da família ou no coletivo de trabalho, entre os que trabalham e os que não trabalham e sua combinação entre os recursos disponíveis e os meios de produção, terra e ferramentas de trabalho e a força de trabalho utilizada. Assim, Gaiger ((2003) afirma que “as relações sociais de produção desenvolvidas nos empreendimentos econômicos solidários são distintas da forma assalariada e pela distinção de princípios e finalidades do que excede da produção”.

Ao longo das décadas a economia solidária vem buscando a geração de trabalho e renda através de justiça social e autonomia de cidadãos que passaram boa parte da vida produtiva, quiçá a vida toda fora dos círculos econômicos produtivos, onde o homem tem de transformar-se num sujeito da sua própria realidade histórica e praxiológica que estar inserido, humanizando-se, lutando pela liberdade, pela desalienação e pela sua afirmação, enfrentando uma classe dominadora que pela violência, opressão, exploração e injustiça tenta perpetuar-se, visto que são premissas da pedagogia do oprimido.

A Pedagogia do oprimido, que busca a restauração das intersubjetividades, se apresenta como pedagogia do Homem. Somente ela, que se anima de generosidade autêntica, humanista e não "humanitarista', pode alcançar este objetivo. Pelo contrário, a pedagogia que, partindo dos interesses egoístas dos opressores, egoísmo camuflado de falsa generosidade, faz dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantém e encarna a própria opressão é instrumento de desumanização. Pois a "realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso" (FREIRE, 1987, p.57).

A economia solidária agrega cidadãos oprimidos pelo sistema econômico dominante, para lutar por sua libertação, buscando assim evidenciar que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de "prisão sem muros", que as relações coletivas e autogeridas propostas por esta filosofia de geração de trabalho e renda podem ser um caminho para esta libertação e a busca por transformação para a autonomia.

AITCP/IFBA

As Entidades de Apoio e Fomento (EAF), na constituição e fortalecimento da economia solidária como um campo de práticas, é de grande importância. As EAF podem ser ONGs, assessorias, centrais sindicais, igrejas ou mesmo Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que se multiplicam no movimento social da economia solidária e no interior dos centros acadêmicos como espaços organizativos de disseminação da extensão universitária voltada para o tema da economia solidária, o que implica em amplo processo de capacitação, articulando a sociedade em diferentes níveis. Seja na forma de incubadoras universitárias ou enquanto

organizações da sociedade civil, as EAFs estão envolvidas diretamente na ação de apoio ao desenvolvimento das iniciativas e empreendimentos da economia solidária.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - ITCP/IFBA foi criada no ano de 2003, foi lançado um Edital pela FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, através do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), que dota as Instituições de Ensino Superior de um programa de suporte tecnológico para cooperativas populares existentes no país desta forma. Com a concessão desse financiamento foi possível contemplar a aquisição de infraestruturas necessárias à operacionalização das atividades de incubação, na época denominada de ITCP/CEFET-BA (Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia), passou a ser a primeira incubadora do gênero na rede CEFET em todo o Brasil.

Assim, como alternativa ao processo de aprendizagem a qualificação tecnológica oferecida pelas assessorias no âmbito da economia solidária a ITCP é uma proposta em construção nos termos de assessoria, até mesmo por tratar-se de um apoio aos empreendimentos, formais ou informais, ligados a esta outra economia, que é um movimento social, econômico e cultural de enfrentamento ao desemprego promovido pela crise do capitalismo e ao modo de produção e geração de trabalho e renda através da autogestão.

Este modelo de assessoria, no Brasil, esteve ligado à existência de um vácuo institucional que promovesse a relação entre o ambiente acadêmico e o setor empresarial. Esta nova proposta coloca a universidade, no lugar dos Institutos de Pesquisa, na posição de potencial indutor desse processo de troca de conhecimentos com as comunidades ao entorno, favoráveis à inovação e à interação entre as universidades e o setor produtivo. Dessa forma, a universidade deveria deixar de atuar como provedor gratuito de conhecimento para passar a ser um ator do processo de cooperação do conhecimento, através da construção coletiva de direitos pelos resultados das pesquisas por ela realizadas ou apoiadas.

O PROCESSO DE INCUBAÇÃO

A forma de incubação mais utilizada está na proposta composta por três etapas: a Pré-incubação, a incubação propriamente dita e a desincubação, onde o tempo previsto gira em torno de dois a três anos, voltado para a práxis da extensão universitária, isto é, para promover a interação

direta entre universidade e comunidade, através da troca de saberes, na medida em que sistematiza e (re)elabora o conhecimento tanto acadêmico quanto popular concretizando a troca mútua de conhecimentos e experiências diferenciadas entre cooperados, professores, colaboradores e alunos no trabalho conjunto para a construção da emancipação das cooperativas.

Na pré-incubação, a "porta de entrada" do processo educativo de incubação deve ser através de um diagnóstico participativo, um questionário que proporciona a investigação social do empreendimento, ou seja, uma anamnesi do grupo e da localidade. O diagnóstico deve nos evidenciar a sistematização da realidade objetiva, contextual, na qual o grupo desenvolve as suas atividades e o seu produto final é a construção de um plano de incubação que é seguido até a última fase do processo de incubação, podendo sofrer alterações no decorrer do processo.

Porém ele não deve ser aplicado de forma direta e interrogativa, pois a práxis desta forma de aplicação mostra que as respostas são irreais dificultando o plano de trabalho dos assessores, haja vista que este é o primeiro contato com o grupo na sua referenciada realidade, que darão origem a uma construção metodológica e incentivadora à participação e ao empoderamento das pessoas permeado por uma base política estimuladora de transformações sociais;

A etapa de Incubação inicia-se a partir do plano de incubação – aprovado conjuntamente pela equipe e pelos empreendedores/associados. Nesse momento são estabelecidas rotinas de assessorias conjuntas com o coletivo do empreendimento e a equipe da assessoria onde a troca de saberes é o fator "chave" para a estrutura da capacitação gerencial oferecida aos empreendimentos com a proposta de alcançar a sustentabilidade da atividade produtiva. São propostas ~~umas~~ rotinas de reuniões onde ocorrem as qualificações e debates acerca das dificuldades administrativas, ao final ocorre a elaboração de relatórios parciais como registro do trabalho e avaliação mútua dos participantes, fato que pode demandar a alteração na proposta do plano de incubação para alcançarem os resultados finais desejados. Concomitantemente, ocorrem reuniões da equipe técnica para avaliar os projetos assessorados e os métodos a serem aplicados na busca da construção de uma autonomia.

Assim, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, na vida cotidiana e produtiva destas pessoas é um saber que implica dizer que a prática não é neutra e exige destas pessoas uma definição, uma escolha política e consciente. Ensinar exige liberdade e

autoridade, no sentido de que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade em experiência respeitosas da liberdade e esta proposta é o método a ser desenvolvido pelas ITCPs e demais EAFs.

Na fase de desincubação, a assessoria vai se desligando gradativamente da cooperativa e realiza atividades periódicas (aproximadamente seis meses, podendo variar apara mais ou para menos tempo) de acompanhamento e avaliação dos resultados da assessoria. Cada incubadora estrutura a sua forma de organizar os cursos para os grupos, que de modo geral não são muito diferentes umas das outras, sendo imprescindível à percepção dos diferentes níveis de formação dos grupos. São estabelecidos a interdisciplinaridade das etapas salientando três aspectos: a formação sociopolítica (situar a profissionalização dentro de um contexto histórico); a formação cultural (capacitação em organização, sensibilização a economia solidária, cultura de cooperação e da solidariedade), neste ponto faz-se necessária uma ressalva: o cerne da Economia Solidária jamais dever deixar de ser revisto e reafirmado, pois esta é uma cultura nova e, portanto fácil de dissipar, prejudicando assim a identidade do empreendimento da economia solidária, isso sem levar em consideração a alta rotatividade dos membros; e a formação técnico profissional (conhecimentos científicos, técnicos, habilidades, etc.)

A metodologia de aprendizagem deve ser vivencial, dialógica e buscando a autonomia, pois, construir aprendizagem exige curiosidade e não autoridade ou paternalismo, que são processos que inibem e impedem o exercício da curiosidade dos empreendedores solidários. Através de dinâmicas estruturadas, do ciclo de aprendizagem, do enfoque participativo para o trabalho com os empreendimentos de economia solidária, por motivo de desmistificar a forma convencional de aprendizagem em sala de aula e se inserir num contexto de troca de saberes, para tanto e correto "*desacademicisar*" a linguagem utilizada e "*aprender fazendo*" permitindo assim o empoderamento do conhecimento preciso dos empreendedores. Trata-se de um processo de qualificação, emancipação e aprendizagem sistematizado, contínuo e acumulativo, entendido como uma trajetória a ser percorrida com liberdade, transparência, respeito e responsabilidade, onde os atores envolvidos vencem etapas na busca dos objetivos traçados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As EAFs, mais precisamente as ITCPs podem ter um papel fundamental na prestação das atividades de formação técnica, administrativa e política de forma integrada e continuada aos trabalhadores que pretendam formar empreendimentos de economia solidária autêntica e num trabalho conjunto, estes atores, buscam criar e motivar os valores cooperativistas desta economia que visa a não opressão e sim, a autonomia.

A grande dificuldade dos EES, de modo geral, está vinculada justamente a uma de suas funções básicas: geração de renda e sustentabilidade. Pelas condições sociais dos participantes muitas vezes se torna difícil que esses participantes enxerguem a importância da formação, que passa a competir com o tempo da produção (quanto mais se produz mais se ganha). É fundamental, portanto, para não banalizar o trabalho de formação, que este tenha sentido prático e real para os empreendedores, que no método de Paulo Freire é “aprender fazendo”, isto é, que a formação surja a partir de práticas evidentes (ou que possam ser evidenciadas) encontradas no processo produtivo dessas iniciativas e tendo em vista o déficit de educação formal e o processo de exclusão em que se encontram os empreendedores da economia solidária, dificultam o processo de aprendizagem e na temática de preencher a lacuna é necessária uma adaptação dos modelos de gestão existentes.

No seio dessas iniciativas solidárias produtivas é fundamental o debate sobre sistema econômico e as formas de produção. À medida que os empreendedores vão percebendo as dificuldades entre o processo produtivo capitalista e cooperativo é necessário ajudá-los no aprofundamento desse debate. De igual importância é o envolvimento das famílias desses associados ao redor dos empreendimentos e, na medida do possível, o envolvimento dos mesmos com o bairro fazendo com que este se torne um ponto de referência político, educacional e comunitário, seja através da organização de festas, campanhas de conscientização, palestras nas escolas da comunidade.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ª edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Publicação original 1996.

GAIGER, L. I. G. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Caderno CRH, Salvador, nº39, p.182-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, L. I. G. (org). **Sentidos e experiências de economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.